



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 26/2019

CARTA-CONTRATO N. 26/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002788-61.2019.6.22.8000

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, E A EMPRESA SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSINATURA de BIBLIOTECA DIGITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13 com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893/SSP-RO e CPF 475.106.849-00.

CONTRATADA: **SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A.**, CNPJ 50.268.838/0001-39, com sede na Rodovia Presidente Dutra km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Mello, em São José dos Campos/SP, CEP: 12.247-004, Telefone(s): (11) 4383-9403; (11) 3613-3316 e (31) 984546237, E-mail(s): cpfiscal@somoseducacao.com.br; breno.santos@somoseducacao.com.br; leandro.menon@somoseducacao.com.br, neste ato representada por sua diretora editorial, **FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 27.402.802-5/SSP-SP e CPF 255.323.398-13, telefone(s): (11) 97644-6430, E-mail(s): flavia.bravin@somoseducacao.com.br e, por sua gerente executiva, **RENATA PASCUAL MULLER**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 29.235.584/SSP-SP e CPF 293.088.128-30, telefone(s): (11) 4383-8952 e (11) 98383-2551, E-mail(s): renata.muller@somoseducacao.com.br.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), Leis 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO: Contratação direta por Inexigibilidade de licitação, fundamentada no artigo 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

Ato de Autorização e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: DESPACHO n. 6260/2019-PRES/DG/GABDG, de 06/12/2019.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto desta Carta-Contrato é a prestação de serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS, nos termos da Proposta da Contratada (evento [0481775](#)), cujo acervo completo da Saraiva contém 1.424 títulos, com o quantitativo de 100 acessos simultâneos.

Subcláusula Primeira – Além do objeto supramencionado, será oferecido como concessão (sem custos para a Administração do TRE-RO) mais 367 títulos de concursos e mais 542 títulos de Gestão e Negócios, totalizando 2.333 títulos, os quais se distribuem entre as grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e tecnológica, de acordo com os selos editoriais, bem como 100 acessos simultâneos bonificados.

Subcláusula Segunda - A plataforma permite leitura e consulta de obras em formato eletrônico, com acesso ilimitado de todo conteúdo.

Subcláusula Terceira - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico/Termo de Referência respectivo, a proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura no Sistema Eletrônico da Informação – SEI, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor desta Carta-Contrato é de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais), conforme proposta da CONTRATADA, a seguir resumida:

PLANILHA DE VALORES (R\$)						
Cotação de preços/entidades públicas	Modelo de acesso	Quantidade de acessos simultâneos	Valor unitário mensal por acesso	Valor do Investimento mensal	Valor do Investimento anual	Vigência do contrato
Proposta	Usuário	100	R\$ 15,00	R\$	R\$	12

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Comercial para o TRE-RO (Evento 0481 775)	io	(+100 bonificad os)	(considera ndo a bonificaçã o de acessos o valor é R\$ 7,50)	1.500,00	18.000,00	meses
--	----	---------------------------	--	----------	-----------	-------

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes de menor custo, despesas administrativas, lucro, etc., conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Terceira - As despesas com a execução do presente Contratação correrão à conta do Orçamento 2019 da Justiça Eleitoral de Rondônia, Programa de Trabalho: 02122057020GP0011 e Elemento de Despesa: 33.90.39-01, conforme Nota de Empenho n. 2019NE000953, de 09/12/2019, a ser reforçada, caso necessário, e conforme resumo a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
CATEGORIA ORÇAMENTO)	(TIPO	DE	Ordinário
AGREGADOR			Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA			Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO			AOSA ASSINA

DO PAGAMENTO**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 7.1 do Projeto Básico respectivo, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco Itaú S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais, observando que:

1. No ato do pagamento, a contratada deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a seguridade social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho, além da certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.
3. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Fiscal da Carta-Contrato.
4. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à contratada e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras notificadas pelo contratante, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
5. Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.
6. Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012)

7. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a Gestão desta contratação ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (CJD) e a fiscalização desta contratação ficará a cargo do titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral (SEPM), ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;
2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
3. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, na forma contratada;
4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, observando que:
 - a) O CONTRATANTE fará constar, em registro próprio, todas as ocorrências constatadas durante a execução do contrato, determinando o que for necessário, para regularização de falhas, defeitos e/ou substituição dos bens, no todo ou em parte, se for o caso; e
 - b) A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência.
5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item nove deste Termo;
6. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato;
7. Registrar as ocorrências pela fiscalização e comunicar à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Carta Contrato.
8. Controlar a execução financeira do Contrato dentro dos limites estabelecidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Manter-se regular junto à Fazenda Federal, à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho durante o período de vigência contratual, assim como em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas;
2. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento e na Proposta da contratada;
3. Disponibilizar para acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização dos produtos contratados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;
4. Garantir a todos os servidores do TRE/RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente;
5. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;
6. Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
7. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;
8. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;
9. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;
10. Sujeitar-se à fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Não transferir e não subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;

12. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da CARTA-CONTRATO, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

13. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços incidentes na execução da Carta-Contrato;

14. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este TRE-RO;

15. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

16. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

I – Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

II – Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.

17. Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor deste instrumento para adimplemento de obrigação contratual; e

18. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas nesta contratação, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93 e neste instrumento, observado o que segue:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- I - Multa de 1% (um por cento) ao dia, em caso de atraso de até 10 (dez) dias;
- II - Multa de 2% (dois por cento) ao dia, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;
- III - Multa de 3% (três por cento) ao dia, cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;
- IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste

Subcláusula Segunda - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

- I - advertência;
- II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o contratado;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Quinta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

Subcláusula Sexta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata.

Subcláusula Sétima - Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor deste instrumento.

Subcláusula Oitava - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Nona - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Décima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Décima Primeira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Não há previsão de reajuste de preços para esta contratação em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas neste instrumento e no Projeto Básico e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto na Lei 8.666/1993 (Licitações e Contratos), nas Leis 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e na Resolução TSE n. 23.234/2010, e, supletivamente, na Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e na Lei 10.406/2002 (Código Civil).

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 11 de dezembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	
FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN Pela Contratada	RENATA PASCUAL MULLER Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **RENATA PASCUAL MULLER, Usuário Externo**, em 11/12/2019, às 11:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN, Usuário Externo**, em 11/12/2019, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/12/2019, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 12/12/2019, às 16:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 13/12/2019, às 07:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0486423** e o código CRC **71789AEC**.

0002788-61.2019.6.22.8000

0486423v5

Criado por 006007062364, versão 5 por 006007062364 em 11/12/2019 08:19:06.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SJGI/CJD

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Nos termos do disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei n. 8.666/93 e da Resolução TSE n. 23.234/2010, em conformidade com a legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos (Leis n. 8.159/1991, 12.527/2011 e 12.682/2012), apresenta-se este Projeto Básico com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assinatura de Biblioteca Digital.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. Contratação da plataforma Biblioteca Digital Saraiva - BDS nos termos da Proposta contida no evento [0481775](#). O acervo completo da Saraiva Jurídico contendo 1.424 títulos, com o quantitativo de 100 acessos simultâneos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2. Será oferecido como concessão (sem custos para a Administração) mais 367 títulos de concursos e mais 542 títulos de Gestão e Negócios, totalizando 2.333 títulos os quais se distribuem entre as grandes áreas jurídica, de gestão, contábil e tecnológica de acordo com os selos editoriais, bem como 100 acessos simultâneos bonificados.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral conta com acervo de livros, periódicos para atender sua clientela: magistrados, servidores, advogados, estagiários, estudantes e terceirizados, com temas afetos a gestão pública.

3.1.1. A contratação de serviços digitais/eletrônicos agregará mais um serviço aos clientes internos, minimizando o problema fático da indisponibilidade do acervo bibliográfico em razão da barreira física em relação às zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal, esta Secretaria implementou a Biblioteca Digital, inserida como ação estratégica.

3.1.2. Desta forma, possui como objetivo direto atender às exigências contemporâneas de diversificação dos meios de acesso à informação, que não somente a leitura tradicional de livros, sendo uma tendência dos tribunais superiores, a exemplo do STF, STJ e TSE.

3.1.3. Em termos de funcionalidades , a plataforma da Biblioteca digital Saraiva apresenta, dentre outras:

- a) Navegação também poderá ser feita através de sumário;
- b) Possibilidade de leitura off-line;
- c) Filtro por categoria e ano de publicação;
- d) Para leitores com restrições visuais a plataforma possui recursos que possibilitam a aplicação de contraste e aumento do tamanho da fonte, que viabilizam a leitura;
- e) Atualizações semestral de nova edições e títulos;
- f) Possibilidade de edição de anotações e títulos;
- g) Com a BDS, o TRE/RO terá acesso ilimitado a todo conteúdo.

4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração a necessidade de se ter amplo acesso ao acervo bibliográfico digital, com racionalização do gasto público e ampliação do acesso à legislação, doutrina e jurisprudência atualizadas, propiciando conhecimento e informações a todos os servidores deste Tribunal. De forma que a elaboração deste Termo de Referência serve de subsídio para o adequado planejamento orçamentário e financeiro da unidade competente.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência constará do Planejamento Anual das Contratações para 2019 o qual está em fase de elaboração pela unidade competente, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

- - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
- - Aperfeiçoamento da Gestão orçamentária;

Adotar-se-á como Valores:

- Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
- Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
- Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
- Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
- Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
- Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;
- Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
- Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
- Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1. Considerando as regras previstas no art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, por conta da natureza da contratação, entende-se que atende os requisitos de sustentabilidade ambiental, uma vez que evita a editoração de livros em suporte papel.

6. DA INEXIBILIDADE DA LICITAÇÃO

6.1. A empresa SARAIVA DE EDUCAÇÃO S.A. CNPJ: 50.268.838/0001-39 é detentora de exclusividade ([0479876](#)) e considerando esta característica a contratação poderá ser efetuada de forma direta, por inexigibilidade, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93.

7. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor do objeto deste Projeto Básico é de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais), a serem pagos em parcela única. Esse valor corresponde à proposta da Saraiva Educação S.A. (Evento [0477904](#)): Online para acesso, pelo período de 12 (doze) meses, à plataforma que permite leitura e consulta de obras em formato eletrônico, com acesso ilimitado de todo conteúdo, conforme item 2 deste Projeto Básico.

7.2. O valor do contrato foi obtido por meio de preços contratados com outras entidades públicas que obteve o resultado inserido no quadro abaixo:

PLANILHA DE VALORES (R\$)							
Item	Cotação de preços/entidades públicas	Modelo de acesso	Quantidade e de acessos simultâneos	Valor unitário mensal por acesso	Valor do Investimento mensal	Valor do Investimento anual	Vigência do contrato
1	PGR-DF (Evento 0479954)	Usuário	100	R\$ 29,90	R\$ 2.990,00	R\$ 35.880,00	12 meses
2	TJ-PR (Evento 0479952)	Usuário	200	R\$ 29,90	R\$ 5.980,00	R\$ 71.760,00	12 meses



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	TRE-TO (Evento 0480186)	Usuário	100	R\$ 15,00	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	12 meses
4	Proposta Comercial TRE-RO (Evento 0481775)	Usuário	100 (+100 bonificados)	R\$ 15,00 (considerando a bonificação de acessos o valor é R\$ 7,50)	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00	12 meses

7.2.1. Observando os itens 1 e 2 do quadro acima constata-se a redução de custos em 50% na contratação almejada com base no valor praticado em referidas contratações.

7.2.2. Em relação ao item 3 verificamos que a contratação é equivalente em termos de custos, mas se considerarmos a bonificação de 100 acessos simultâneos temos uma redução de 50% dos custos sobre mencionada contratação.

7.2.3. Dessa forma, a proposta comercial apresentada, considerando os preços praticados em outras contratações similares, nas quais o custo principal a ser considerado e o quantitativo de acessos, a contratação almejada se mostra vantajosa e se coaduna com os preços praticados no mercado.

7.3. Da comprovação do requisito de habilitação da empresa:

7.3.1. A empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A comprovou a regularidade fiscal, conforme anexos:

Cadastro CNPJ ([0479936](#)); Certidão de FGTS ([0479882](#)); Certidão Negativa CNJ ([0479940](#)); Certidão Negativa de Débitos Tributários ([0479928](#)); Certidão Negativa de Falência ([0479931](#)); Certificado de Registro de Programa de Computador - Exclusividade ([0479876](#)).

7.1.2. Poderá a Administração realizar a licitação poderá ser efetuada de forma direta, por inexigibilidade, nos termos do que dispõe o art. 25 da Lei n. 8.666/93, ante a exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa.

7.1.3. Dados da empresa: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ nº.50.268.838/0001-39, situada na Rodovia Presidente Dutra Km 136, bloco 4, módulo 5, Eugênio de Melo, São José dos Campos Estado de São Paulo/SP. CEP 12247-004. **Dados bancários:** Banco Itaú S/A Agência – 0452, Conta Corrente -00001-39 – Identificador CNPJ nº. 50.268.838/0001-39.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. DA ADERÊNCIA DO ORÇAMENTO

8.1. As despesas decorrentes do presente Termo de Referência correrão com recursos do Orçamento Anual de 2019 deste Tribunal, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Aquisição de Livros e Assinatura de periódicos
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$18.000.00

9. DA CARTA-CONTRATO

9.1. O prazo da contratação almejada será de **12 (doze) meses**, a contar do término da vigência da Carta Contrato. Podendo ser prorrogado, a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Constituem obrigações da Contratada:

10.1.1. Manter-se regular perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça, durante o período contratual;

10.1.2. Cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, na Carta Contrato e na proposta;

10.1.3. Disponibilizar para acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização dos produtos contratados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

10.1.4. Garantir a todos os servidores do TRE/RO o acesso permanente, simultâneo e ilimitado, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, 24



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, acesso ao mesmo conteúdo simultaneamente;

10.1.5. Disponibilizar suporte técnico, de segunda a sexta-feira, de 8 às 18 horas, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado;

10.1.6. Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

10.1.7. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato;

10.1.8. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novas edições de quaisquer dos livros, disponibilizar à CONTRANTE a edição atualizada;

10.1.9. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;

10.1.10. Demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

10.2. Obriga-se a Administração contratante:

10.2.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento;

10.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;

10.2.3. Efetuar o pagamento da Nota Fiscal, devidamente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, na forma contratada;

10.2.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte da contratada;

10.2.4.1. A Administração fará constar em registro próprio todas as ocorrências relevantes constatadas durante a execução do contrato;

10.2.4.2. A comunicação entre a Contratante e a Contratada dar-se-á preferencialmente por escrito, devendo esta ser notificada quando da constatação de qualquer pendência;

10.2.4.3. A gestão será do Coordenador (a) de Jurisprudência e a fiscalização do contrato será realizada pela Chefia da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, ou por seu substituto, a quem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008;

10.2.4.4. A atuação ou a eventual omissão da Gestão e Fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento;

10.2.5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item nove deste Termo;

10.2.6. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto neste Contrato;

10.2.7. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual (Carta-Contrato).

11. DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas, garantida a ampla e prévia defesa, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Multa de 1% (um por cento) ao dia, em caso de atraso de até 10 (dez) dias;

II - Multa de 2% (dois por cento) ao dia, em caso de atraso superior a 10 (dez) dias, até o limite de 20 (vinte) dias;

III - Multa de 3% (três por cento) ao dia, cumulada com a rescisão do contrato, em caso de atraso superior a 20 (vinte) dias;

IV - Atrasos superiores aos limites estabelecidos nos itens de I a III, caracterizarão a inexecução do ajuste.

11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração-Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato.

11.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração-Contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.4. Se a adjudicatária ou contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pelo SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

11.5. O valor da multa ou condenação aplicada será recolhido por meio de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

11.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

11.7. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO.

12. DO PAGAMENTO

12.1. A Administração Contratante efetuará o pagamento, **em parcela única**, no valor informado no item 7.1, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco Itaú S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da Fatura/Nota Fiscal, regularmente certificada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

12.1.1 Possibilidade de pagamento antecipado:

O Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àquelas do setor privado. Assim, o pagamento da assinatura anual será realizado de **forma antecipada**, tão logo iniciada a prestação dos serviços pela contratada. Ademais, verifica-se a economicidade dessa medida porque, além da disponibilidade orçamentária, evitará o longo procedimento dos pagamentos mensais.

12.2. No ato do pagamento, o contratado deverá ter a situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, o Fundo de Garantia por



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho, além da certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

12.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou em caso de inadimplência, ainda não solucionada sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

12.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o licitante vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.5. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A Gestão o do contrato será realizada pelo titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do TRE/RO, ou por quem o substituir, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

13.2. A Seção de Editoração Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO será a unidade responsável pela FISCALIZAÇÃO do contrato, incluindo a certificação da nota fiscal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.3. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela entrega dos materiais.

13.4. A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações, utilizando-se mensagens eletrônicas (e-mails) e Correios.

13.5. Os procedimentos adotados são os previstos neste Projeto Básico, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

14. ANEXOS:

14.1. Proposta ([0481775](#));

14.2 Certificado de Registro de Programa de Computador - Exclusividade ([0479876](#));

14.3. Cadastro CNPJ ([0479936](#));

14.4. Certidão de FGTS ([0479882](#));

14.5. Certidão Negativa de Débitos Tributários ([0479928](#));

14.6. Certidão Negativa de Falência ([0479931](#));

14.7. Planilha de Livros Saraiva Educação S.A ([0481777](#));

14.8. Pesquisa de Preços

14.8.1. TRE/TO ([0480186](#));

14.8.2. PGR/DF ([0479954](#));

14.8.3. TJ/PR ([0479959](#)).



Documento assinado eletronicamente por **EVERALDO CARDOSO LOPES, Chefe de Seção**, em 27/11/2019, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0481778** e o código CRC **3378551C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002788-61.2019.6.22.8000

0481778v4

Criado por 009303552330, versão 4 por 009303552330 em 27/11/2019 10:14:24.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002788-61.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE EDITORAÇÃO, PUBLICAÇÃO E
MEMÓRIA ELEITORAL

ASSUNTO: **Contratação de assinatura anual da Biblioteca Digital
Saraiva Educação.**

PARECER JURÍDICO Nº 0483526 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual a COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO – CJD busca a contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., CNPJ n. 50.268.838/0001-39** que consiste dos acervos de livros digital das editoras Saraiva, Érica e Benvirá, em plataforma Digital, de execução orçamentária no exercício 2019.

02. No Projeto Básico ([0481778](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, aderência do orçamento, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.

03. Carreou-se aos autos a Proposta de Assinatura da Biblioteca Digital Saraiva ([0481775](#)), Certificado de Registro de Programa de Computador – **exclusividade** ([0479876](#)), Certificado de Regularidade do FGTS – CRF ([0479882](#)), Certidão Negativa de Débitos Tributário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0479928](#)), Certidão Negativa de Falência ([0479931](#)), Certidão Negativa de CNPJ ([0479936](#)), Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade ([0479940](#)), Certidão Negativa Tributos Federais ([0481460](#)) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ([0482238](#)).

04. O valor do contrato foi estimado por meio de preços contratados com outras entidades públicas. O resultado se deu por meio de pesquisas de preços – PGR/DF ([0479954](#)), TJ/PR ([0479959](#)) e TRE/TO ([0480186](#)).

05. O Projeto Básico CJD ([0481778](#)) juntado aos autos contém a descrição detalhada do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, valor da contratação, aderência do orçamento, carta contrato, obrigações das partes, sanções, pagamento, gestão e fiscalização.

06. Conforme a Certidão - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0481918](#)), os dados referentes ao PB citado ([0481778](#)) foram registrados no Livro de Registro de Processos com despesa 2019 ([0481919](#)).

07. Considerando a Remessa ([0481823](#)), os autos foram encaminhados à COMAP para análise do projeto básico, à COFC para programação orçamentária da possível despesa, à SECONT para elaborar a minuta do instrumento contratual e à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico, Despacho 6078 ([0481921](#)).

08. A SPOF ([0482138](#)) procedeu a Programação Orçamentária no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), indicando o Plano Interno AOSA ASSINA e o Pré-Empenho n. 2019PE000403, para custear a despesa, oportunidade em que a unidade informou que *a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, com a proposta orçamentária 2019 registrada no processo n. 0000017-47.2018.6.22.8000.*

09. A Coordenadora de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, em sua Análise do Projeto Básico n. 149/2019 ([0482252](#)), concluiu pela regularidade do PB supracitado e seus anexos complementado pela proposta da empresa ([0481775](#)), por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, manifestou pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela Autoridade Superior.

10. Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato (0483492). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

11. Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

12. Nesse sentido, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

13. Como há nos autos Certificado de Registro de Programa de Computador (0479876) informando que a empresa **SARAIVA EDUCACÃO S.A. detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos descritos no item 2.1 do PB em todo território nacional (Brasil)**, verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Sindicato da entidade equivalente. Veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

14. Desta forma, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.

15. Por sua vez, o Projeto Básico CJD ([0481778](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

III – CONCLUSÃO

16. Nesses termos, conclui-se que a contratação solicitada pela COORDENADORIA DE JURISPRUDENCIA E DOCUMENTAÇÃO – CJD poderá ser processada diretamente com a empresa **SARAIVA EDUCACAO S.A. CNPJ: 50.268.838/0001-39** já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público ([0479876](#), [0479282](#), [0479928](#), [0479931](#), [0479936](#), [0479940](#), [0481460](#) e [0482238](#)).

17. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0483492](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

18. Alerta-se para a necessária ratificação da despesa pela autoridade competente e publicação do ato no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (Acórdão TCU 1336/2006-Plenário).

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 03/12/2019, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 03/12/2019, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0483526** e o código CRC **C82B52B5**.

0002788-61.2019.6.22.8000

0483526v9

Criado por 016624702305, versão 9 por 004891562321 em 03/12/2019 14:01:44.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002788-61.2019.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E
DOCUMENTAÇÃO – CJD

ASSUNTO: Contratação de assinatura anual da Biblioteca Digital Saraiva Educação.

DESPACHO Nº 6260 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual a COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO – CJD busca a contratação direta da empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39** para o fornecimento de assinatura anual para cesso a Biblioteca Digital Saraiva - BDS contendo 1.424 títulos, com o quantitativo de 100 acessos simultâneos, conforme detalhado no item 2 do Projeto Básico ([0481778](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em se tratando de fornecedor exclusivo no que diz respeito ao objeto a ser contratado, juntou-se aos presentes autos certificado de exclusividade ([0479876](#)), bem como demais certidões de regularidade da pretensa contratada ([0479928](#), [0479931](#), [0479931](#), [0479936](#) e [0479940](#)).

A pesquisa de prços foi feita por meio de preços contratados com outras entidades públicas – PGR/DF ([0479954](#)), TJ/PR ([0479959](#)) e TRE/TO ([0480186](#)).

A CJD elaborou Projeto Básico ([0481778](#)) e estimou a contratação, para o período de 12 (doze) meses, em R\$ 18.0000,00 (dezoito mil reais), a serem pagos em parcela única, descrevendo detalhadamente o objeto, bem como as informações acerca da justificativa, do enquadramento dos serviços para fins de contratação – inexigibilidade, as obrigações das partes, a forma de pagamento, as penalidades, a gestão e fiscalização e juntou anexos.

Após análise, a Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico da CJD ([0480222](#)) e pela adjudicação do objeto à empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39** ([0482252](#)).

A SPOF atestou a disponibilidade orçamentária e financeira do valor da contratação, juntando aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais, contendo ainda a informação de que foi efetuado o Pré-empenho 2019PE000403, e que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) ([0482138](#)).

A SECONT elaborou minuta de carta-contrato ([0483492](#)), constando como fundamentação legal a contratação direta por inexigibilidade de licitação no caput do artigo 25 da Lei n.º 8.666/93.

Assim instruído, o feito foi encaminhado a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para análise, a qual, por meio do Parecer Jurídico AJDG 0483526, concluiu que a contratação solicitada poderá ser processada diretamente com a empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, CNPJ n. 50.268.838/0001-39**, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista no *caput* do art. 25 da Lei n. 8.666/93; opinou pela aprovação do PB e pela publicação do ato **no DOU e no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal**, em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (Acórdão TCU 1336/2006-Plenário). Além disso, aprovou os termos da minuta elaborada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela SECONT, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos.

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos mesmos termos da AJDG (0483824).

Vieram os autos para apreciação por esta Diretora-Geral.

Compulsando os autos, do teor da certidão juntada ao evento n. [0479876](#), verifico que há inviabilidade de competição para a contratação pretendida por ausência de mercado concorrencial, uma vez que apenas a empresa **SARAIVA EDUCAÇÃO S.A** é fornecedor exclusivo em Registro de Programa de Computador.

Com efeito, a empresa acima citada **detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos descritos no item 2.1 do PB em todo território nacional (Brasil)**. Portanto, conclui-se que a contratação enquadra-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **caput do artigo 25 da Lei Geral de Licitações e Contratos**.

Há, também, nos autos comprovação de que os preços ofertados são os praticados em outros órgãos da Administração Pública, como se verifica nas pesquisas de preços PGR/DF - ([0479954](#)); Pesquisa de Preços TJ/PR - ([0479959](#)); Pesquisa de Preços TRE/TO - ([0480186](#)), bem como comprovação da regularidade da empresa para contratar com a Administração Pública (Certidões juntadas aos eventos n. [0479882](#), [0479928](#), [0479931](#), [0479936](#), [0479940](#), [0481460](#) e [0482238](#)).

Por sua vez, também se verifica que o Projeto Básico CJD ([0481778](#)) contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para APROVAÇÃO**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

A presente contratação se faz necessária para atender todos magistrados, servidores, advogados, estagiários, estudantes e terceirizados, garantindo o acesso a informação à informação, tanto aos usuários locais, quanto aos das Zonas Eleitorais do interior do Estado, uma vez que a aquisição da consulta ao acervo virtual minimizará o problema fático da indisponibilidade do acervo bibliográfico em razão da barreira física existente.

Por fim, por conta da natureza da contratação, entende-se que este Regional estará, ainda, cumprindo com os aspectos relacionados a sustentabilidade ambiental, uma vez que a aquisição nos moldes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratados evita a editoração de livros em suporte papel, como bem pontuado no item 5.1 do PB n. [0481778](#).

Diante do exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018, esta Diretora-Geral **ratifica** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, constante do art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

1 - Aprova o Projeto Básico CJD (0481778), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX do art. 6º c/c inciso I do art. 7º da Lei Geral de Licitações;

2 - Autoriza a despesa por inexigibilidade de licitação, com fulcro no *caput* do artigo 25 da Lei 8.666/93;

3 - Adjudica o objeto à empresa SARAIVA EDUCAÇÃO S.A, inscrita no CNPJ n. **50.268.838/0001-39** e **autoriza a emissão de Nota de Empenho** no valor de **R\$ 18.000,00** (dezoito mil reais) desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e

4 - Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário de Justiça Eletrônico – DJE e no Diário Oficial da União - DOU, em respeito ao princípio da publicidade, considerando que o valor da contratação situa-se além dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 06/12/2019, às 15:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 09Dez19 NUMERO: 2019NE000953 ESPECIE: ORIGINAL
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV.PRES.DUTRA,1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 50268838/0001-39 - SARAIVA EDUCACAO S.A.
ENDERECO : PRESIDENTE DUTRA KM 136 BLOCO 4 MODULO 5 EUGENIO DE MELLO
MUNICIPIO : 7099 - SAO JOSE DOS CAMPOS UF: SP CEP: 12247-004
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA DIGITAL, CONFORME PROJETO BÁSICO (0481778), PARECER JURÍDICO DA AJDG (0483526) E DESPACHOS 6260 DA DIRETORIA GERAL (0484637) E 6302 DA SAOPC (0485363) DO PROCESSO SEI ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AOSA ASSINA
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 00027886120196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 18.000,00

DEZOITO MIL REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 18.000,00
VALOR DO SEQ. : 18.000,00

ASSINATURA DE PLATAFORMA BIBLIOTECA DIGITAL SARAIVA - BDS, COM CONCESSÃO (SEM CUSTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO) MAIS 367 TÍTULOS DE CONCURSOS E MAIS 542 TÍTULOS DE GESTÃO E NEGÓCIOS, TOTALIZANDO 2.333 TÍTULOS OS QUAIS SE DISTRIBUEM ENTRE AS GRANDES ÁREAS JURÍDICA, DE GESTÃO, CONTÁBIL E TECNOLÓGICA DE ACORDO COM OS SELOS EDITORIAIS, BEM COMO 100 ACESSOS SIMULTÂNEOS BONIFICADOS.

T O T A L : 18.000,00

LIA MARIA ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., CNPJ nº 50.268.838/0001-39. Carta-Contrato 26/2019, de 12/12/19. Objeto: Serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS. Fundamento Legal: 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Vigência: 12 meses, iniciando-se 12/12/2019. Valor: 18.000,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122057020GP0011, ELEMENTO DESPESA 33.90.39-05, NE 2019NE000953, de 09/12/19. Justificativa: Atualização nas matérias afetas à gestão pública e ao direito público/eleitoral. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico n. 0483526, de 03/12/19, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA – CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 6260/2019-GABDG, de 06/12/2019, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0002788-61.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 13/12/2019, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0487411** e o código CRC **D63E9466**.

0002788-61.2019.6.22.8000

0487411v4

Criado por 006007062364, versão 4 por 006007062364 em 13/12/2019 12:11:22.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 26/2019/TRE-RO, assinada em - 12/12/2019. Contratada: SARAIVA EDUCAÇÃO S.A., CNPJ 50.268.838/0001-39. Objeto: Serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saraiva – BDS. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 12/12/2019. Fundamento Legal: Artigo 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 18.000,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122057020GP0011, ELEMENTO DESPESA 33.90.39-01, Nota de Empenho 2019NE000953, de 09/12/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e pela Contratada, as Senhoras FLÁVIA HELENA DANTE ALVES BRAVIN e RENATA PASCUAL MULLER. Ato de autorização da despesa: DESPACHO Nº 6260/2019 - PRES/DG/GABDG, de 06/12/2019. Processo SEI nº. 0002788-61.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 13/12/2019, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0487413** e o código CRC **E1DD74C7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 242, segunda-feira, 16 de dezembro de 2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Espécie: Extrato da NF 971, de 11/12/2019. Contratada: D.W.L. COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA. CNPJ 13.347.993/0001-14. Programa Trabalho: 021220570200011. Natureza Despesa: 44.90.52.06. Objeto: Unidade de terminal de auto atendimento - totem, conforme especificações do Edital de Licitação. Quant: 23. Vig. Unit: R\$ 1.561,25. Assinada por LIA MARIA ARAUJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO. Amparo Legal: Art. 4º, XXI, da Lei nº 10.520/02, vinculada ao Pregão Eletrônico 33/2019/TRE-RO. Processo: SEI 0000422-49.2019.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2019 - UASG 070024

Nº Processo: 0002788-61.2019.6. Objeto: Carta-Contrato 26/2019, de 12/12/19. Serviço de assinatura da plataforma Biblioteca Digital Saneira BDS. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Atualização nas matérias afetas à gestão pública e ao direito público/eletoral. Declaração de Inexigibilidade em 03/12/2019. MARISA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA. Assessoria Jurídica. Ratificação em 06/12/2019. LIA MARIA ARAUJO LOPES. Diretora Geral. Valor Global: R\$ 18.000,00. CNPJ CONTRATADA: 50.268.838/0001-39 SARAIVA EDUCACAO S.A..

(SIDEC - 13/12/2019) 070024-00001-2019NE000005

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO Nº 29/2019

Comunicamos que o edital da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 10/12/2019 foi alterado. Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de operação técnica e manutenção preventiva e corretiva no sistema de áudio do TRE/RR. Total de Itens Licitados: 00001 Novo Edital: 16/12/2019 das 08h00 às 12h00 e de 12h01 às 16h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 Bairro São Pedro BOA VISTA - RR. Entrega das Propostas: a partir de 16/12/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/12/2019, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

MARCELO ALT DINIZ
Assessor de Licitação

(SIDEC - 13/12/2019) 070028-00001-2019NE000033

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 123/2019

Objeto: Registro de Preço para aquisição de materiais para copa e descartáveis. O Pregoeiro do TRE torna público o resultado da licitação em sigla. Sagram-se vencedores os licitantes J C N COMERCIO E EMPREENHIMENTOS EIRELI, para os itens 1 e 2, PLASVIVO -DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS EM GERAL EIRELI, para o item 3 e PILDMIX COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI, para os itens 4 e 5.

São Paulo, 13 de dezembro de 2019.
RICARDO MENDONÇA FALCÃO
Pregoeiro

SILVANA SALES SCARDINI
Pela Equipe do Pregão

(SIDEC - 13/12/2019) 070018-00001-2019NE000068

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo resolve aplicar a AMANDA DAS NEVES ALVES EIRELI, CNPJ nº 32.650.614/0001-05, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com o descumprimento do Sicaf, pelo prazo de 2 (dois) anos, em consonância com o artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, c.c. cláusula XXV, item 1, do edital, a contar desta publicação. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico Federal nº 27/2019, mediante processo administrativo SEI nº 0047956-75.2019.6.26.8000.

São Paulo, 10 de dezembro de 2019.
ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS SECRETARIA DE RECURSOS MATERIAIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

a)Espécie: Termo Aditivo 01 ao Contrato de aquisição 124/2019, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDF, e a 4SECURITY TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. b)Objeto: Reenumerar cláusulas e acrescentar o valor do contrato inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 18ª e 24ª do contrato inicial c/c art. 65, I, "b", e §1º, da Lei 8.666/93. d)Valor ajustado do contrato: R\$ 240.125,00. e)Vigência e eficácia: A partir da publicação no DOU f)Data da assinatura: 12/12/2019. g)PA: 0008073/2018.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2019

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material bibliográfico nacional impresso, durante o exercício de 2020, excluídas as obras editadas pela imprensa nacional e os periódicos para os quais o TJDF mantém contrato de assinatura. PROCESSO: 0017940/2019. AUTORIDADE E DATA DA HOMOLOGAÇÃO: Rafael Arcaño Reis, Secretário-Geral Substituto do TJDF, 13/12/2019. EMPRESA VENCEDORA: ÊXITO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. (desconto de 38,75% sobre o preço constante das tabelas oficiais das editoras).

Brasília, 13 de dezembro de 2019.
ISABELLA BRITO
Secretária de Recursos Materiais

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO RETIFICAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2018

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público o TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 16/2019 - DE RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO, para o Cargo 401 - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA, em cumprimento ao Ofício PROC/PRR/RISM nº 15381/2019 do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, referente a Notícia de Fato nº 1.30.001.004667/2019-03, com a exclusão dos candidatos Edmilson Matias Pinheiro, inscrição nº 1110041592, Anderson Carlos da Silva Andrade, inscrição nº 1110109300, Geovani Parreiras Francisco, nº 1110073161 do resultado final, por aparecerem equivocadamente na lista, pois obtiveram nota na Prova Discursiva. O Termo da Retificação do Resultado Final e Classificação, na íntegra, estará disponível no endereço eletrônico www.institutoocp.org.br, a partir da data de 16 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro - RJ, 11 de dezembro de 2019.
JOSÉ DA FONSECA MARTINS JUNIOR
Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

1º Termo Aditivo ao Contrato 078/2015, Proad 10950/2019. Partes: TRT-2ª Região e Iderança Umpeza e Conservação Ltda. Objeto: Altera valores. Assinam em 06/12/2019, pelo TRT-2ª Região: Rima Aparecida Hemetério, Desembargadora Presidente e, pela empresa: William Lopes de Aguiar, procurador.

1º Termo Aditivo ao Contrato 053/2019, Proad 47228/2019. Partes: TRT-2ª Região e Lighting Control Brasil Serviços Técnicos Ltda. Objeto: Altera o item 1.9.3 do Anexo I. Assinam em 09/12/2019, pelo TRT-2ª Região: Rima Aparecida Hemetério, Desembargadora Presidente e, pela empresa: Carlos Eduardo Cruz Ferraz, sócio.

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Diretor da SPACL do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região faz saber que o pregoeiro adjudicou o objeto à empresa Torquato Freire Segurança e Vigilância Privada Eireli, CNPJ: 11.187.013/0001-38 e o Diretor-Geral da Administração homologou o resultado do Pregão Eletrônico nº 046/2019, PROAD nº 34897/2019, em 13/12/2019.

O Diretor da SPACL do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região faz saber que o pregoeiro adjudicou o Grupo 1 (itens 4 e 5) e Item 8 à empresa A R Castro Comércio de Materiais e Serviços Eireli, CNPJ: 30.189.612/0001-73, o Grupo 2 (itens 6 e 7) à empresa RS Brasil Comercial Eireli, CNPJ: 01.005.844/0001-98, o Grupo 4 (itens 11, 12 e 13) à empresa F.L.A Comércio e Serviços - Eireli, CNPJ: 23.285.082/0001-63, o item 2 à empresa Couraço Comercial Ltda., CNPJ: 00.290.469/0001-02, o item 3 à empresa Rasek Logística e Suprimentos Eireli, CNPJ: 12.591.321/0001-97, o item 14 à empresa Bail Comercial Ltda., CNPJ: 12.991.409/0001-04 e o Diretor-Geral da Administração determinou a revogação do item 1 e dos itens do grupo 3 (itens 9 e 10) e homologou o resultado do Pregão Eletrônico nº 086/2019, PROAD nº 45539/2019, em 13/12/2019.

O Diretor da SPACL do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região faz saber que o pregoeiro adjudicou os itens 1 e 2 à empresa Centríno Comércio de Equipamentos Eireli, CNPJ: 15.179.700/0001-62 e o Diretor-Geral da Administração determinou a revogação do item 3 e homologou o resultado do Pregão Eletrônico nº 121/2019, PROAD nº 56909/2019, em 13/12/2019.

AQUILES JOSÉ MALVEZZI

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Diretor da SPACL do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região faz saber que o pregoeiro adjudicou o item 3 à empresa Otizma Comercial Ltda., CNPJ: 20.413.494/0001-43 e a Desembargadora Presidente do Tribunal determinou a revogação do item 1, 2 e 4 e homologou o resultado do Pregão Eletrônico nº 064/2019, PROAD nº 40908/2019, em 12/12/2019.

AQUILES JOSÉ MALVEZZI

AVISO DE REVOGAÇÃO

O Diretor da SPACL do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região faz saber que, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, em 13/12/2019 foi revogado o Pregão nº 109/2019 (PROAD nº 49781/2019), pelo Diretor-Geral da Administração, nos termos dos artigos 49 da Lei 8.666/93 e 50 do Decreto nº 10.024/19.

São Paulo - SP, 13 de dezembro de 2019.
AQUILES JOSÉ MALVEZZI

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região resolve aplicar a Máximo Indústria e Comércio EIRELI, CNPJ 29.136.844/0001-46 a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com base no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo período de 10 (dez) dias, a contar desta publicação. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 43/2019, mediante processo administrativo n. 0006202-93.2019.5.04.0000.

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Diretor da Secretaria de Administração

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região resolve aplicar a Gráfica Alta Definição Ltda., CNPJ 13.919.051/0001-63 a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com base no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo período de 10 (dez) dias, a contar desta publicação. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 33/2019, mediante processo administrativo n. 0005566-30.2019.5.04.0000.

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Diretor da Secretaria de Administração



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/sistema/verificacao.html>, pelo código 05302025121600148

